



SEGURANÇA ALIMENTAR E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BAHIA

GT 1 – Economia regional e baiana

Cristiana Ferreira dos Santos¹
Marcelo dos Santos da Silva²

RESUMO

Este artigo aborda, para o município de Itabuna, Bahia, evidências empíricas da relação entre beneficiários do Programa Bolsa Família e a segurança alimentar em que se encontram os indivíduos dos domicílios em que residem. Trata-se de um estudo bibliográfico e de levantamento, o qual foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas por meio de questionário próprio. A segurança alimentar foi medida em níveis, de acordo com a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizada em pesquisas por algumas instituições nacionais de renome, como o IBGE. Verificaram-se ainda, por meio do referido questionário, as condições socioeconômicas dos domicílios. A utilização da EBIA permitiu concluir que a maioria das famílias beneficiárias do programa, num patamar de 83%, do total de 200 famílias entrevistadas, encontrava-se em situação de insegurança alimentar, perpassando por níveis de leve a grave.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Bolsa Família. Itabuna.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é uma situação que pode ser limitante, pois dificulta o acesso de um indivíduo ao alcance de um patamar seguro de bem estar físico, mental e social. Por ser relevante, este tema é muito abordado, tratando-se de um gargalo que pode gerar um entrave ao crescimento econômico de uma nação. Afinal, um país com alto índice de pobreza não tem plena autonomia para alavancar-se economicamente.

Diante desta problemática, vários países da América Latina têm adotado políticas públicas com o intuito de reduzir a pobreza e a fome. Um dos meios amplamente utilizados são os programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR), que destinam mensalmente uma quantia monetária a famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema,

¹ Bacharela em Ciências Econômicas pela UESC. E-mail: cristyanaferrreira@hotmail.com.

² Mestre em Economia. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. E-mail: masilva@uesc.br.



com o intuito de possibilitar o acesso a bens e serviços que lhes proporcionem uma melhor condição de vida (MATTEI, 2010).

No Brasil esse tipo de programa começou a ganhar maior ênfase entre os anos de 1990 e 2001, período em que foram criadas algumas políticas com o objetivo de atender às necessidades de proteção social a pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1996), o Bolsa Escola (2001), o Cartão Alimentação (2001), Bolsa Renda (2001) e o Vale Gás (2001) (APOLINÁRIO, 2012).

No final de 2003, foi lançado o Programa Fome Zero, cujo objetivo principal foi formular e articular as políticas públicas para “[...] cumprir o direito humano à alimentação [...]”. A partir deste projeto foi desenvolvido o Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, 2009).

O Programa Bolsa Família (PBF), que atualmente faz parte do Programa Brasil Sem Miséria (BSM), foi instituído pela Lei 10.836/04, com o objetivo principal de atuar no combate à fome, à miséria e à desigualdade social, através de transferência condicionada de renda, constituindo-se como um dos maiores eixos de assistência social do país (BRASIL, 2010).

Para alcançar o público-alvo, faz-se necessário uma seleção das famílias pelo Cadastro Único, avaliando-as para definir as que estão em situação de pobreza, com renda *per capita* entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 mensais, e as que se encontram na situação de extrema pobreza, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais (MENEZES; SANTARELLI, 2012).

Nesta perspectiva, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no município de Itabuna há um elevado índice de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. O MDS, em seu relatório sobre pobreza, mostrou que o número de famílias em situação de baixa renda no município (inscritas no Cadastro Único do governo federal) até o mês de março 2014 era de aproximadamente 35.534, e, deste número, 19.224 (54,1%) foram atendidas no mês de maio de 2014 pelo PBF. O volume transferido pelo programa para famílias itabunenses até meados de 2014 foi R\$ 12.708.300,00 (BRASIL, 2014a; 2014b).

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a situação de segurança alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município, justificando-se pela necessidade de abordar de forma empírica no município a relação entre a segurança alimentar e a proposta desta política pública. O problema que norteia este artigo é: a transferência monetária a beneficiários em Itabuna tem favorecido o alcance de uma boa situação de segurança

alimentar? Para responder ao questionamento, realizou-se entrevistas aleatórias com beneficiários do Bolsa Família.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Abordagens Conceituais Sobre a Pobreza

Considerada como um fenômeno social e complexo que acompanha a humanidade há séculos, a pobreza do ponto de vista científico pode ter diferentes definições e interpretações, pois depende da ótica em que é analisada. Por este motivo, existem vários aportes teóricos que buscam caracterizá-la e definir os fatores que a determinam (ÁVILA, 2013).

Um das primeiras abordagens baseou-se na ideia da subsistência. Esta noção considerava pobres as famílias que não possuíam uma renda mínima capaz de suprir suas necessidades físicas (biológicas) (CODES, 2008). A principal crítica feita a esta visão relaciona-se à noção de que o ser humano, como ser social e complexo, não necessita apenas de alimentos para sobreviver, mas também de atendimento adequado em outras áreas como serviços públicos (educação, saúde, segurança), moradia, lazer, emprego, etc. (CODES, 2008).

Posteriormente, surge a abordagem das necessidades básicas, na qual é elencada a existência de dois elementos determinantes que geram a pobreza: o primeiro refere-se a uma renda insuficiente, que não garante às famílias o acesso a condições mínimas de consumo de bens alimentícios, vestuário, moradia entre outros; o segundo enfatiza que além destes primeiros itens, existe o suprimento inadequado de necessidades ligadas a serviços essenciais, como o acesso à água potável, transporte público, saúde, entre outros (CODES, 2008).

Há também a teoria que visualiza a pobreza como sendo um fator relativo. Rocha (2003, p. 11) a define como as “necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão [...]”, evidenciando que neste caso está relacionada ao grau de desigualdade presente em uma sociedade, pois considera tanto a renda quanto as condições sociais das pessoas. Codes (2008, p. 15) ainda afirma que “a pobreza é definida em função do contexto social, a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica”.



Dentre as principais teorias contemporâneas que abordam a temática da pobreza está a denominada pobreza absoluta, que é uma visão unidimensional que define como pobres as pessoas e/ou famílias que não possuem uma renda capaz de garantir o acesso a bens e serviços essenciais para a sua sobrevivência (LEAL, 2012).

A identificação desta população, no Brasil, é feita a partir da linha de pobreza³, que estabelece o limite entre ser pobre ou não pobre, a partir da renda *per capita*, para assim classificar os indivíduos. Nesta perspectiva, os indivíduos que estão no limite ou inseridos na linha de pobreza são os pobres, sendo que os extremamente pobres são aqueles que auferem rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo mensal. Abaixo deste valor, os indivíduos são classificados como indigentes (SANTOS; ARCOVERDE, 2011).

Embora o conceito de pobreza absoluta seja o mais utilizado para estimar a pobreza, verifica-se que há no cenário internacional (a partir da década de 1970) um novo paradigma sobre o que seria de fato considerado como pobreza (ÁVILA, 2013). Nesse sentido, o conceito de pobreza multidimensional emerge na literatura (inspirado em trabalhos desenvolvidos pelo economista Amartya Sen), com o intuito de analisar não somente a falta de renda, mas também outras condicionalidades que podem gerar a pobreza (ÁVILA, 2013).

Nesta concepção, Sen (2000) afirma que de fato uma renda inadequada gera condições propícias para um indivíduo permanecer na condição de pobreza, mas que a carência ou privação das capacidades básicas que um indivíduo sofre é que o impulsiona para essa condição.

Estas capacidades estão relacionadas ao direito do ser humano ter acesso, por exemplo, a: serviços de saúde; educação de qualidade; infraestrutura de moradia adequada; qualificação profissional, etc., que podem lhe conferir a oportunidade de fazer uma mudança na estrutura social, ou seja, sair da condição de pobre, tendo a liberdade de escolher qual vida deseja ter (LACERDA, 2009).

Desta forma, a abordagem das capacidades básicas verifica os fatores que fazem parte de um contexto mais amplo da vida de um indivíduo, opondo-se à ideia meramente instrumental da abordagem que percebe a pobreza como falta apenas de renda (SEN, 2000). Para o autor este ponto de vista busca melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que a pessoa tem razão

³ Ver Hoffman (1998).

para busca e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar estes fins (SEN, 2000, p. 112).

É importante ressaltar que há uma relação intrínseca entre a noção de pobreza como baixo nível ou falta de renda e a noção de pobreza como inadequação de capacidades, pois a renda é um instrumento relevante para se obter capacidades. Quanto maior a capacidade adquirida por uma pessoa, maior será o seu potencial de ser produtivo, e, com uma maior capacidade produtiva, espera-se que as chances de uma pessoa livrar-se da pobreza por renda sejam maiores (SEN, 2000). Segundo Lacerda (2009), para que este objetivo seja alcançado, faz-se necessário a utilização de instrumentos políticos.

2.2 Política Pública e o Programa Bolsa Família

O mecanismo mais utilizado para o enfrentamento de problemas no contexto social tem sido a política pública. A política pública surge quando há necessidade de intervenção em problemas na esfera da convivência social, exigindo que o poder público desenvolva medidas para solucioná-los (SIMAN, 2005).

Sua formulação baseia-se nas problemáticas que são identificadas na sociedade. Esta etapa é o momento onde são estabelecidos os parâmetros, as normas e estratégias que nortearão a implementação da política, bem como os procedimentos que serão utilizados para que o objetivo seja alcançado (SIMAN, 2005).

Sendo um campo de estudo multidisciplinar e assim podendo ter diferentes interpretações, a definição de política pública num contexto geral pode ser vista como:

[...] conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. São também definidas como todas as ações de governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos (LUCCHESE, 2004 p. 9).

São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 1).

A partir desta perspectiva, Traldi (2011) argumenta acerca da necessidade de haver uma articulação entre o Estado e a sociedade civil para a formulação e avaliação das políticas públicas, objetivando sua eficiência.



Rua (2009) afirma que a avaliação e o contínuo monitoramento das políticas públicas são fundamentais, porque fazem um exame que revela os resultados alcançados e também as deficiências existentes, para que, por meio de decisões assertivas, sejam aperfeiçoadas.

Neste contexto, o Programa Bolsa Família (PBF), que desde 2011 faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, é uma política pública social de Transferência Condicionada de Renda (TCR), que tem o objetivo de disponibilizar um recurso financeiro mensal a famílias de baixa renda ou a pessoas em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2010).

O critério para ingresso no programa é a renda *per capita* das famílias e o compromisso do cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa que estão ligadas à saúde (acompanhamento do cartão de vacinação e desenvolvimento de crianças menores de sete anos, realização, por gestantes, de pré-natal; entre outros), à educação (crianças e adolescentes matriculados com frequência escolar mensal de no mínimo 85%), e assistência social (crianças e adolescentes com até 15 anos de idade em situação de risco devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, com frequência mínima de 85% da carga horária mensal) (BRASIL 2010).

2.3 O Conceito de Segurança Alimentar e Mecanismos Para Mensuração

Segundo Burlandy (2007), existe uma relação intrínseca entre a pobreza e a fome, pois a primeira pode prejudicar o alcance das condições mínimas de alimentação de uma pessoa, o que pode deixá-la em situação de insegurança alimentar. A alimentação adequada é um direito do ser humano, pois influi diretamente sobre a vida. Neste sentido, a segurança alimentar pode ser definida como:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, s.p.).

No âmbito da segurança alimentar no Brasil, além do PBF, há outros programas como o incentivo à agricultura familiar, a alimentação escolar, restaurantes populares e o programa de aquisição de alimentos (PPA), os quais podendo ser vistos como instrumentos que



disponibilizam meios de uma população em risco alimentar obter alimentação adequada, para assim se enquadrarem no estágio de segurança alimentar (BURLANDY, 2007).

Para mapear o quadro da fome no país, desde 2004 o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) a temática da segurança alimentar, que é avaliada a partir da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) (IBGE, 2010).

A ideia desta escala surgiu no Brasil a partir de uma medida utilizada nos Estados Unidos, que verifica a situação da fome no país com o objetivo de criar políticas públicas. O desenvolvimento da EBIA esteve sob a tutela de importantes instituições de pesquisa brasileiras: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (coordenação); Universidade de Brasília (UNB); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Houve assessoria pelos pesquisadores norte-americanos através da Universidade de Connecticut (UCCON) (SEGALL- CORREA, MARION – LEON, 2009).

A EBIA é um questionário, composto por 14 perguntas com possibilidades de apenas duas respostas: sim ou não, sempre reportando as perguntas no momento da aplicação a um determinado período de tempo (últimos três meses), para identificar a situação alimentar do domicílio pesquisado (TRALDI, 2011). De acordo com quantidade de respostas afirmativas, caracterizam-se os domicílios pesquisados em quatro níveis (IBGE, 2010):

- Segurança alimentar (SA): quando não há nenhum tipo de restrição no acesso à alimentação;
- Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando há uma preocupação ou incerteza futura quanto ao acesso aos alimentos no futuro e também quanto à qualidade inadequada dos alimentos;
- Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando há uma redução quantitativa de alimentos, ou ruptura no padrão de alimentação em decorrência da falta de alimentos;
- Insegurança Alimentar Grave (IAG): quando há uma redução quantitativa de alimentos entre as crianças, ou ruptura nos padrões de alimentação por falta de alimentos entre as crianças, e fome.

3 METODOLOGIA

O universo empírico ou município de Itabuna está localizado na região Sul da Bahia, com distância de aproximadamente 426 km de Salvador. Possui extensão territorial de 432,24 km² e situa-se confluência entre duas rodovias federais (BR 101 e BR 415) (IBGE, 2013).

Segundo estimativa do (IBGE), em julho de 2013 o município possuía população de aproximadamente 218.124 habitantes (IBGE, 2014).

Após a crise que atingiu a cacauicultura (causada pela vassoura-de-bruxa), no início da década de 1990, a economia do município passou por um processo de reestruturação. O setor terciário passou a ser o expoente econômico. Por este motivo, a cidade é considerada atualmente como um polo regional devido aos serviços (hospitais, comerciais, educacionais, entre outros) que são ofertados (ITABUNA, 2013).

O aporte teórico deste estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica, em levantamento de materiais que foram publicados sobre o assunto em livros, teses, dissertações, artigos científicos, *web sites*, entre outros, permitindo um aprofundamento sobre a temática abordada (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Deste modo, este tipo de pesquisa “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas” (TRALDI, 2011, p. 26).

Por ser um estudo exploratório e descritivo, este trabalho também é classificado como uma pesquisa de levantamento que, segundo Gil (2002, p. 58), “consiste na interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Para isto, faz-se necessário a coleta de informações da população a ser estudada a fim de fazer análises para chegar a conclusões sobre um determinado assunto (GIL, 2002).

Os dados para este estudo são primários, coletados a partir de trabalho de campo com aplicação de questionário semiestruturado, formado por questões objetivas e de múltipla escolha, por meio das quais se levantará a situação socioeconômica e de segurança alimentar (medida pela EBIA) dos beneficiários do PBF em Itabuna. Segundo o MDS, em maio de 2014 havia 19.224 de famílias beneficiadas pelo programa no município.

Para este estudo empírico será extraída uma amostra baseada na Amostragem Aleatória Simples, que proporciona igualdade na possibilidade de seleção dos elementos de uma população. Para isto, será utilizado o instrumento de verificação do tamanho mínimo da amostra a partir das fórmulas, propostas por Barbetta (2011):



$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \quad n = \frac{N \cdot n_o}{N + n_o}$$

(1)

Onde:

N - tamanho da população (número de elementos);

n_o - uma primeira aproximação com o tamanho da amostra;

E_o^2 - erro amostral tolerável pelo pesquisador.

A partir do tamanho da população, foi calculado o tamanho da amostra em 200 famílias, com grau de confiança de 90% e erro amostral de 10%.

A aplicação do questionário foi realizado entre os dias 09 e 19 de maio de 2014, na Casa do Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social de Itabuna, situada na Avenida Inácio Tosta Filho, s/nº, centro da cidade. A escolha deste local para as entrevistas foi devido à facilidade de acesso às famílias beneficiárias, que normalmente no início do ano fazem as devidas atualizações cadastrais. Essa escolha possibilitou entrevistar famílias de vários bairros e localidades do município.

As variáveis de estudo foram determinadas com o objetivo de conhecer melhor como vivem as famílias. São evidenciadas questões como: grau de instrução dos beneficiários; condições de moradia; saneamento básico; e a questão da segurança alimentar. Para este fim, as variáveis são subdivididas em:

- Nível de segurança / insegurança alimentar do domicílio: segurança alimentar (SA); insegurança alimentar leve (IAL); insegurança alimentar moderada (IAM); insegurança alimentar grave (IAG).
- Características dos beneficiários do PBF: escolaridade e perfil do titular do programa (sexo); grau de instrução dos componentes familiar; renda média familiar.
- Características dos beneficiários do PBF: localização do imóvel; situação do imóvel (alugado, próprio, cedido ou financiado); número de moradores no domicílio; número de cômodos; fornecimento de energia elétrica; abastecimento de água; tratamento da água no domicílio; coleta de lixo; esgotamento sanitário.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise das Características dos Beneficiários

A amostra apresentou predominância do sexo feminino (97%). Neste aspecto, está sendo atendida a expectativa do programa, que confere a preferência da titularidade do benefício às mulheres. A razão é que estas normalmente conhecem melhor a dinâmica domiciliar e podem destinar os recursos de forma a atender dentro das possibilidades as necessidades da casa. Este resultado também foi verificado em outras pesquisas.

Verificou-se que a maioria dos titulares sabe ler e escrever. No entanto, apresentam ainda baixo nível de escolaridade: 65,5% não concluíram o ensino fundamental; apenas 19,5% concluíram o ensino médio.

Com uma característica similar, constatou-se que 59,3% dos outros moradores⁴, maiores de 18 anos, não concluíram o ensino fundamental, 15,3% concluíram o ensino médio, e, diferindo do titular, houve ingresso de 1,7% no ensino superior, que nesta amostra são os filhos dos beneficiários do programa. O percentual de 1,7% não sabem ler e escrever.

Embora 61,5% dos domicílios não apresentassem adolescentes na composição do grupo familiar, naqueles em que havia adolescentes verificou-se que 96,1% estão frequentando a escola, e que apenas 3,9% não estudam.

Na amostra pesquisada, 22% dos domicílios não possuíam crianças. Em relação aos domicílios que apresentaram crianças (78%), o percentual de matriculadas em escolas é de 89,75%, o que caracteriza o cumprimento de uma das condicionalidades do PBF em relação à matrícula de crianças em idade escolar. Vale ressaltar que o percentual de 10,25% das que não estão estudando eram crianças que não estavam em idade escolar. Um resultado semelhante foi verificado no trabalho de Traldi (2011), revelando que esta condicionalidade também é atendida no município de Araraquara/SP, com 91% de frequência escolar entre as crianças. Apolinário (2012) afirma que no âmbito nacional o programa tem contribuído para a diminuição da evasão escolar de crianças e adolescentes.

Quanto à renda familiar mensal, a Figura 1 demonstra que o percentual de domicílios com renda mensal de até meio salário mínimo foi de 65,5% da amostra, seguido de 27% com

⁴ Demais moradores do domicílio, exclusive o beneficiário.



renda de um salário mínimo, de 5,5% de domicílios com um salário mínimo e meio. Apenas 1,5% da amostra apresentaram rendimento familiar de dois salários mínimos.

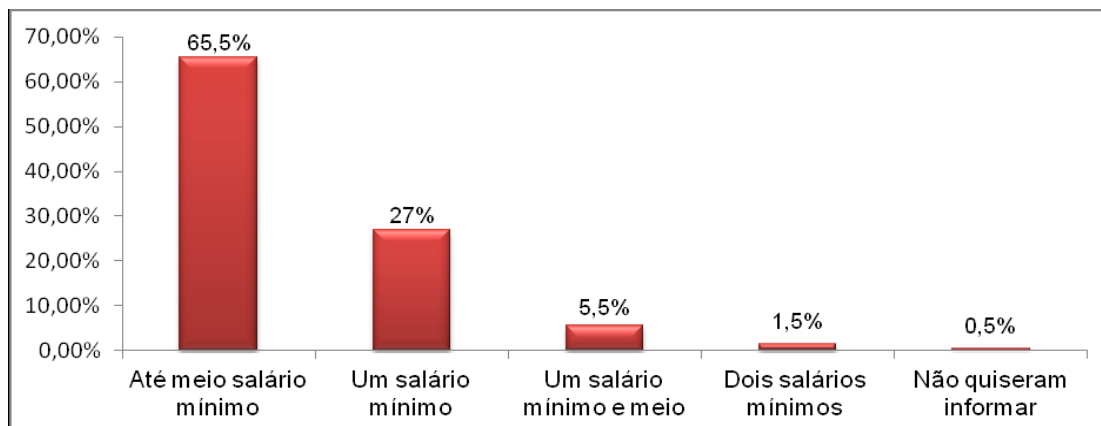


Figura 1. Renda familiar mensal de beneficiários do PBF. Itabuna, maio de 2014.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quanto à alocação do recurso financeiro recebido do programa, a maioria dos beneficiários empregou-o na aquisição de alimentos (83,5%). O segundo maior destino de empregabilidade dos recursos foi a compra de material escolar (65%), o que pode configurar numa preocupação relacionada com o futuro profissional dos filhos, já que 89,75% das crianças e 96,1% dos adolescentes frequentam a escola. Este resultado também aparece no trabalho de Traldi (2011) onde 69% e 14% (respectivamente primeiro e segundo maior destino) deste recurso destinou-se à compra de alimentos e material escolar. Esses dados são apresentados na figura a seguir.

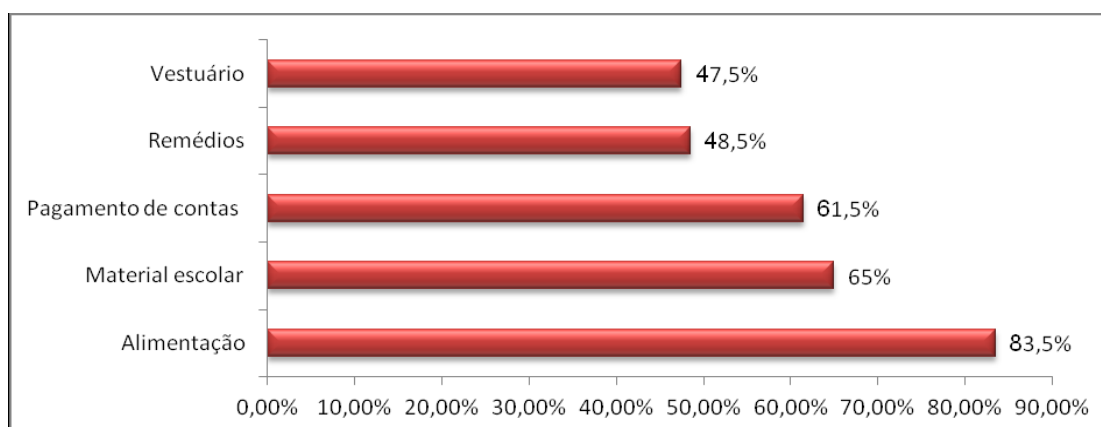


Figura 2. Principais destinos do recurso do PBF. Itabuna, maio de 2014.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



4.2 Análise das Características dos Domicílios

Nesta amostra todos os entrevistados possuíam residência fixa no município de Itabuna. Do total, 94% moravam na zona urbana e apenas 6% residiam na zona rural.

No aspecto de moradia, 59,5% residiam em imóveis próprios (sendo 53% já quitados, e 6,5% financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida). Um total de 40,5% dos entrevistados não possuía casa própria, podendo ser subdivididos em: 20,5% que moravam em domicílios cedidos, ou seja, imóveis emprestados por pessoas que nesta amostra são parentes próximos, e 20% pagavam aluguel dos imóveis onde residem.

A pesquisa também elucidou a quantidade de cômodos existentes nestas residências. A maioria dos domicílios (63%) possuíam entre dois e quatro cômodos, 34% mais de cinco cômodos e 3% dos entrevistados possuíam apenas um cômodo na casa, ou seja, uma casa sem divisão entre sala, quarto, cozinha, etc.

No aspecto demográfico notou-se que a frequência de 1 a 3 moradores estava presente em 49,5%, seguido de 45% que apresentaram entre quatro e seis pessoas, e 5,5% contavam com 7 ou mais moradores.

Quanto ao abastecimento de água, verificou-se que 92,5% dos domicílios obtinham-no por meio de rede pública⁵. Percentuais de 6% e 0,5% apresentaram abastecimento de água por meio de poço (nascente) ou caminhão pipa, respectivamente. Tratam-se de residências da zona rural que ainda não foram atendidos pelo poder público neste quesito. Para 1% da amostra há outras formas de abastecimento, que nesta amostra é viabilizado por parentes próximos.

No âmbito de tratamento da água no domicílio, verificou-se que na maioria (67,5%) havia uma preocupação em fazer algum tipo de tratamento (filtração, fervura, entre outros) com a água que é utilizada no consumo doméstico.

A maior parte das residências era atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário (58%). No entanto, 42% ainda não possuíam atendimento adequado no escoamento sanitário, sendo desta forma uma situação insalubre, a qual pode resultar num problema de saúde pública, devido à possibilidade de contaminação dos moradores por doenças e proliferação de animais que vivem nestas condições.

⁵ No município de Itabuna, a distribuição pública de água é de responsabilidade da Empresa Municipal de Águas e Saneamento (EMASA).



No aspecto da destinação do lixo doméstico, em 86% dos domicílios havia coleta realizada diariamente por uma empresa contratada pela prefeitura do município. Porém, 8% das residências não participavam desse serviço. O destino desse lixo era terrenos baldios próximos às residências. Na zona rural, 6% dos domicílios queimavam ou enterravam o lixo.

Sobre o fornecimento de energia elétrica: 92% das residências apresentaram relógio individual, ou seja, a energia é utilizada por somente uma casa; 6,5% compartilhavam energia elétrica com outra casa (parentes próximos); e 1,5% dos domicílios não contavam com fornecimento de energia elétrica (sendo que 0,05% na zona urbana e 1,0% na zona rural).

4.3 Análise da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

A partir do quantitativo de respostas positivas ou negativas no questionário da EBIA, pôde-se caracterizar o domicílio em situação de segurança ou insegurança alimentar. Ressalta-se que cada resposta positiva é um ponto para a classificação dos níveis, que serão contabilizados a partir da tabela a seguir:

Tabela 1 – Pontuação para classificação dos domicílios nos níveis de segurança ou insegurança alimentar

Níveis	Menores de 18 anos	Adultos
Segurança Alimentar (SA)	0	0
Insegurança Alimentar Leve (IAL)	1 – 5	1 – 3
Insegurança Alimentar Moderada (IAM)	6 – 9	4 – 5
Insegurança Alimentar Grave (IAG)	10 -14	6 – 8

Fonte: IBGE, 2010.

A partir da aplicação do questionário da EBIA e da sua concepção do que é a segurança ou insegurança alimentar, verificou-se no município de Itabuna, conforme demonstrado na Figura 3, que apenas 17% dos domicílios pesquisados estavam no patamar de segurança alimentar, ou seja, não apresentam restrição na aquisição alimentos. No entanto, 83% dos domicílios encontravam-se em situação de insegurança alimentar, no que diz respeito à preocupação em não ter recursos financeiros para adquirir os alimentos, ou até mesmo a falta propriamente dita do alimento.

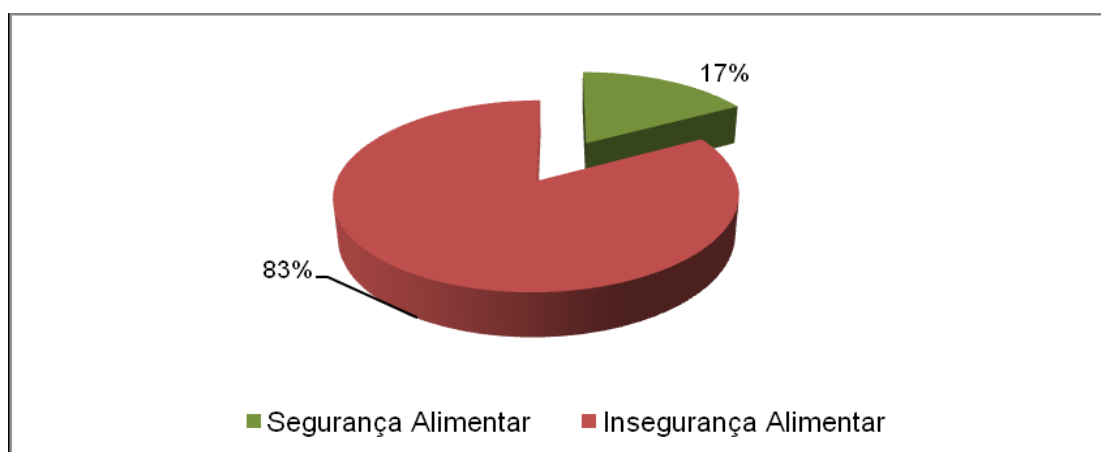


Figura 3. Segurança e insegurança alimentar de famílias beneficiárias do PBF. Itabuna, maio de 2014.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na Figura 4 é apresentada a subdivisão da insegurança alimentar em três níveis de acordo com o grau de dificuldade no acesso a alimentos.

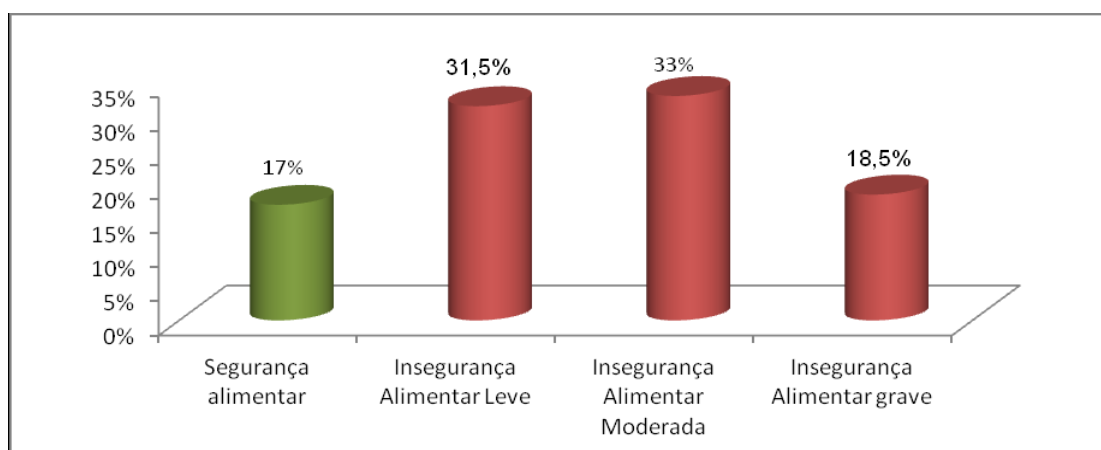


Figura 4. Níveis de segurança/insegurança alimentar de famílias beneficiadas pelo PBF. Itabuna, maio de 2014.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As famílias que estão no nível de segurança alimentar (SA), 17%, foram aquelas que não tiveram a preocupação de uma possível falta de alimentos, e, por conseguinte, não tiveram nenhuma restrição ao acesso à alimentação no domicílio no período analisado.

Aquelas que se encontram no nível de insegurança alimentar leve (IAL), 31,5%, foram famílias que se preocuparam ou tiveram incerteza quanto ao acesso futuro a alimentos.



As famílias no nível de insegurança alimentar moderada (IAM), 33%, foram aquelas que necessitaram reduzir a quantidade de alimentos das refeições de algum morador, ou pularam alguma refeição por falta de alimentos no domicílio.

Os domicílios que estão inseridos no nível de insegurança alimentar grave (IAG), 18,5%, foram aqueles em que houve redução drástica no quantitativo de alimentos nas refeições, principalmente entre as crianças, ou deixaram de fazer uma refeição por falta de alimentos, ou passaram um dia inteiro sem fazer uma refeição por falta de alimento, configurando assim um quadro de fome.

Este resultado pode evidenciar que mesmo recebendo uma transferência de renda direta do governo, o percentual de famílias que passam por privações relacionadas ao acesso à alimentação ainda seria alto.

Alguns municípios brasileiros foram estudados para verificar o nível de segurança alimentar ou insegurança alimentar dos beneficiários de programas de transferência de renda. Traldi (2011) afirma que no município de Araraquara no estado de São Paulo, cerca de 95% das famílias vinculadas ao PBF estão situadas em algum nível de insegurança alimentar.

Guerra (2011) verificou que aproximadamente 52% dos domicílios pesquisados nos municípios de Alta Floresta, Diamantino, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso, estão inseridos em algum nível de insegurança alimentar. Anschau (2008) verificou a prevalência de insegurança alimentar em 74,6% dos domicílios pesquisados no município de Toledo, no estado do Paraná.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é uma situação que pode interferir no alcance da qualidade de vida de uma população. Por este motivo, vários países têm adotado políticas públicas sociais objetivando combater a pobreza, a fome e a miséria. Essas políticas são principalmente as de transferência de renda, condicionadas ou não. O Brasil adota, desde 2004, o Programa Bolsa Família como principal política social neste segmento, atendendo cerca de 14,1 milhões de famílias, tendo contribuído para a redução da desigualdade e da intensidade da pobreza.

Além de proporcionar um aumento na renda das famílias, as condicionalidades do PBF também são um ponto positivo, pois têm contribuído para a diminuição da evasão escolar infantil e de adolescentes.



Pelos dados apresentados nesta pesquisa, é perceptível que o município de Itabuna tem seguindo esta tendência relacionada à educação de crianças e adolescentes. Quando verificadas as principais alocações do recurso financeiro do programa, notou-se que a compra de material escolar foi o segundo maior destino deste recurso, presumindo que os pais têm preocupação acerca da educação de seus filhos, embora estes pais em sua maioria não possuam o ensino fundamental completo.

Os titulares do programa e os maiores de 18 anos (não titulares) nos domicílios pesquisados que tem baixa escolaridade, justificaram a não conclusão do ensino básico (fundamental e médio) devido à necessidade de trabalhar no período escolar, para complementar a renda familiar, e deste modo lhes faltava o tempo e disposição necessários para uma dedicação na formação básica de ensino.

Outro dado relevante da pesquisa foi no aspecto sanitário, onde ficou evidenciado que no município uma grande parcela da população ainda não tem acesso a este serviço de forma plena. Somente no aspecto do abastecimento de água e na coleta de lixo é que se notou um maior alcance do poder público, mas no esgotamento sanitário ainda é necessário muito investimento, pois quase metade da população não tem acesso a um sistema de esgotamento adequado. O saneamento influencia diretamente na saúde, ou seja, na qualidade de vida de uma população.

No que diz respeito à segurança alimentar, verificou-se que a maioria dos beneficiários do Bolsa Família no município passa por algum tipo de privação alimentar. No entanto, ressalta-se que não houve um cruzamento dos dados da EBIA com a renda dos beneficiários, e nem a correlação entre os beneficiários e os que não são beneficiários do programa para verificar o nível de segurança alimentar.

Por este motivo, recomendam-se pesquisas futuras que aprofundem esta temática em Itabuna, haja vista que, segundo dados do governo federal, há no município grande número de pessoas inseridas no contexto de pobreza e pobreza extrema.

No entanto, é importante salientar que pesquisas realizadas em outros municípios brasileiros que relacionaram o PBF com a segurança alimentar, nos quais foram realizadas as devidas correlações estatísticas, evidenciaram que a maioria das famílias beneficiadas pelo programa estão inseridas em algum nível de insegurança alimentar, demonstrando que a fome ainda é um problema a ser superado no Brasil.

Assim, é importante frisar que apesar de contribuir para o avanço na redução da pobreza, o Programa Bolsa Família ainda não conseguiu sanar a insegurança alimentar de 200



famílias beneficiárias no município de Itabuna, sendo então necessário articular o programa a outras políticas para melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ANSCHAU, F. R. **Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda**. 2008. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2008.

Disponível em:

<<http://www.ccs.uel.br/pos/mestrados/mural/dissertacao/turma2006/Francielle/Francielle%20Richetti%20Anschau.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

APOLINÁRIO, V. **Pobreza e programas de transferência condicionada de renda: os casos do Brasil e do México**. 2012. 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia - mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103431/315063.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

ÁVILA, M. P. **O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: “detalhes” que fazem a diferença**. 2013. 266 f. Tese (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2013. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000905603&opt=3>>. Acesso em 01 abr. 2014.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2011.

BRASIL. **Funcionamento do Programa Bolsa Família**. 2010. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. **Objetivos do Fome Zero**, 2009. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

_____. **Relatório sobre a pobreza no Brasil**. 2014a. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>.

Acesso em: 27 mar. 2014.

_____. **Recursos repassados pelo governo federal mediante transferências em 2014**, 2014b.

Disponível em: <<http://ba.transparencia.gov.br/Itabuna>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p 1441-1453, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600007>.

Acesso em: 19 mar. 2014.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 1332, IPEA, 2008. Disponível em:



<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Conceito de segurança alimentar**, 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, L. D. S. **Análise da segurança alimentar e nutricional e fatores associados em domicílios com adolescentes de municípios da área de abrangência da BR 163, Mato Grosso do Sul**. 2011. 174f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva - mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, 2011. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ppgsc/arquivos/ecc1bf18e8d5e4f8d2198b774a9f144a.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2004 – 2009: segurança alimentar**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013.

_____. **Dados gerais do município: Itabuna**, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=291480&search=bahia|itabuna|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

_____. **Estimativa populacional**, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ITABUNA. **História de Itabuna**, 2013. Disponível em: <<http://prefeituradeitabuna.com.br/component/content/article/2-institucional/69-investidor.html>> Acesso em: 15 ago. 2013.

LACERDA, F. C. **Pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e das capacitações**. 2009. 212 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia - mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/2448/1/PobrezaBahiaPrisma.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

LEAL, P. Q. **Efeitos do crescimento, desigualdade e bolsa família sobre a pobreza**. 2013. 97 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia - mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

LUCCHESI, P. T. R. (Coord.). **Políticas públicas em saúde pública**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004. Disponível em:



<http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese_Politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MATTEI, L. **Programa Bolsa Família e seu papel no combate à pobreza no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2010.

MENEZES, F.; SANTARELLI, M. **Da estratégia Fome Zero ao plano Brasil sem Miséria: elementos da seguridade social no Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1-72, 2012. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. In: V Jornada de Políticas Públicas no Brasil, 2011, São Luís. **Anais...** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEGALL – CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_2_2009/1_AnaSegalLeticiaMarin%5B1-19%5D.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p. 27-64, 2009.

SIMAN, A. S. **Políticas públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático**. 2005. 351 f. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais – doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR, Salvador, p. 1-15, 2002. Disponível em: <http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/o_papel_das_politicas_publicas_no_desenvolvimento_local.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do programa bolsa família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários**. 2011. 193 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - mestrado) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/mestrado_drma/arquivos/dissertacao/daiane_roncato_cardozo_traldi.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.